



RESPEITE MINHA FALA QUE CONSIDERO A SUA ESCRITA: A MITOLOGIA DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO ENQUANTO PROPAGADORA DE ESTIGMAS SOCIAIS E POLÍTICOS

RESPECT MY SPEECH AS I CONSIDER YOUR WRITING: THE MYTHOLOGY OF LINGUISTIC PREJUDICE AS A PROPAGATOR OF SOCIAL AND POLITICAL STIGMA

Taynah de Lima Vidal

Universidade Federal de Campina Grande

<https://orcid.org/0009-0004-2750-1873>

taynah.lima@estudante.ufcg.edu.br

Cassiene Raissa da Silva Camilo

Universidade Federal de Campina Grande

<https://orcid.org/0009-0008-3301-3576>

cassiene.raissa@estudante.ufcg.edu.br

Luciene Maria Patriota

Universidade Federal de Campina Grande

<https://orcid.org/0000-0001-6298-500X>

luciene.maria@professor.ufcg.edu.br

Resumo: A língua tem potencial de ser um instrumento vivo, passível de flexibilização e renovação, junto aos seus usuários, em uma comunidade linguística e em determinada situação comunicativa. Categoricamente, a língua portuguesa falada no Brasil é formada a partir de um substrato de línguas de origens indígenas que foi absorvida pela língua do colonizador e do escravizado, além das influências de outros povos (Galindo, 2022). Pensando nesse contexto histórico esse trabalho traz como objetivo verificar o mito linguístico “O certo é falar assim porque se escreve assim” e analisar as consequências dessa crença. Para isso nos aportamos teoricamente em Bagno (2015) sobre mitologia do preconceito linguístico e em Patriota (2006) e Coelho (2010) referente ao estudo da Sociolinguística, que tem a fala, em seu uso efetivo, como objeto de estudo. Metodologicamente Gil (2002) e Mascarenhas (2014), caracterizam esta pesquisa como descritiva, qualitativa e interpretativista. Considerando os nossos resultados, constatamos que não há uma supremacia da escrita em detrimento da fala, ambas são práticas interativas e complementares (Marcuschi, 2010). Portanto, a difusão da concepção padrão de língua baseados em critérios sociopolíticos, transforma essa língua em um instrumento de poder detido por indivíduos letrados que estigmatizam falantes de uma língua viva e real.

Palavras-chave: Língua. Sociolinguística. Preconceito linguístico. Fala. Escrita.

Abstract: Language has the potential to be a living instrument, susceptible to flexibility and renewal, together with its users, in a linguistic community and in a given communicative situation. Categorically, the Portuguese language spoken in Brazil is formed from a substratum of languages of indigenous origin that was absorbed by the language of the colonizer and the enslaved, as well as influences from other peoples (Galindo, 2022). With this historical context in mind, this work aims to verify the linguistic myth “It's right to speak like this because it's written like this” and analyze the consequences of this belief. To do this, we drew on Bagno's (2015) theory on the mythology of linguistic prejudice and on Patriota (2006) and Coelho (2010) regarding the study of sociolinguistics, which has speech, in its actual use, as its object of study. Methodologically, Gil (2002) and Mascarenhas (2014) characterize this research as descriptive, qualitative and interpretative. Considering our results, we found that there is no



supremacy of writing over speaking; both are interactive and complementary practices (Marcuschi, 2010). Therefore, the dissemination of the standard conception of language based on socio-political criteria transforms this language into an instrument of power held by literate individuals who stigmatize speakers of a living and real language.

Keywords: Language. Sociolinguistics. Linguistic prejudice. Speech. Writing.

Introdução

A língua não é um elemento preso e sentenciado aos padrões tradicionais impostos por gramáticos, linguistas e filólogos (Camacho, 2004). Pelo contrário, a língua é livre e eficazmente mutável quando utilizada por seus falantes dentro de uma *comunidade linguística* enquanto “[...] um conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos lingüísticos” (Alkmim, 2004, p. 31). Essas comunidades exprimem costumes divergentes de articular a oralidade entre parceiros regulares, adaptando a língua à realidade em que estão entrosados, seja em seu seio familiar, na região em que nasceram e residem, na instituição de ensino que frequentam, no círculo social em que relacionam-se vocalmente, na profissão que exercem e nas inúmeras funções que ocupam. Desta ação origina-se a diversidade ou variação que são denominadas como *variedades lingüísticas* pela Sociolinguística (Alkmim, 2004).

De modo consequente, essa impetuosidade intrínseca às *comunidades linguísticas* descortinam a língua sendo movida no decurso das *variedades lingüísticas* pelos falantes de acordo com o seu *repertório lingüístico* que “[...] se constitui de variedades lingüísticas distintas, [...]” (Alkmim, 2004, p. 33). Esse *repertório lingüístico* é, essencialmente, a variação que determinada comunidade escolhe para se comunicar entre eles, ou seja, o uso que fazem da língua, esse exercício é o material analisado e valorizado na Sociolinguística. Decorrendo por intermédio de uma linguagem comum — aquela que geralmente todos podem falar e compreender; e de uma linguagem especial — nesta somente um agrupamento característico compartilha de um jeito único de falar, entendível somente aos seus componentes. Ambas, denotam o quanto um *repertório lingüístico* é procedente de agentes extralingüísticos, pois não são fatores inteiramente lingüísticos que estabelecem a forma padrão ou não padrão da língua, mas critérios políticos e sociais (Coelho, 2010).

Portanto, grupos específicos coordenam numerosas coletividades e o conjunto de variantes (por vezes) estigmatizadas, gírias e jargões legitimam essas comunidades, fazendo com que o falante identifique-se e sinta-se integrado a um ajuntamento particular experienciando determinada *situação comunicativa*, pois “[...] cada grupo social estabelece um contínuo de situações cujos pólos extremos e opostos são representados pela *formalidade* e *informalidade*” (Alkmim, 2004, p. 37). Assim, os falantes podem abrir mão da formalidade em meios próprios de conversação com uma linguagem espontânea que não é tida como “errada” mas entendida enquanto “adequada” para aquela interação, por exemplo, em um encontro de amigas. Contudo, em momentos pontuais um protocolo terá que ser utilizado no discurso, nessas ocasiões a fala será planejada pela norma padrão através de um monitoramento lingüístico que “costuma impor a seus produtores regras mais rígidas de conformidade às formas da variedade padrão” (Coelho, 2010, p. 85).

Por isso, a variação lingüística é inerente à língua como constata Alkmim (2004, p. 33) quando reitera “língua e variação são inseparáveis: a Sociolingüística encara a diversidade de lingüística não como um problema, mas como uma qualidade constitutiva do fenômeno lingüístico”. E, sendo indissociáveis, variação e língua cooperam para o seu emprego efetivo, estando na condição de uma língua “[...] falada, observada, descrita e analisada em seu contexto



social, isto é, em situações reais de uso” (Alkmim, 2004, p. 31) e tornando-se objeto de estudo da Sociolinguística, “sendo assim, o que a Sociolinguística faz é correlacionar as variações existentes na expressão verbal a diferenças de natureza social, entendendo cada domínio, o linguístico e o social, como fenômenos estruturados e regulares” (Camacho, 2004, p. 50). Para a sociolinguística, a língua e o falante se tornam indissociáveis e de igual importância. Bagno (2001) afirma sobre esse falante e a língua o seguinte:

Se empreendermos uma grande viagem pelo Brasil, de Norte a Sul e de Leste a Oeste, recolhendo os modos de falar das pessoas de todas as regiões, de todos os estados, das principais cidades, da zona rural etc., vamos perceber que existem diferenças nesses modos falar (...). Há muita semelhança, também, mas são as diferenças que chamam mais a atenção e que permitem classificar esses variados modos de falar. Quando você consegue identificar os traços característicos de um determinado modo de falar a língua, você pode chamá-lo de variedade (grifo do autor). Se você, em vez de sair viajando pelo país, decidir estudar os modos de falar das pessoas de um mesmo lugar – uma grande cidade, por exemplo –, vai notar também que a variedade falada nesse lugar apresenta diferenças que correspondem às diferenças que existem entre pessoas: grau de escolaridade, situação socioeconômica, faixa etária, origem geográfica, etnia, sexo etc. (Bagno, 2001, p. 41).

Considerando a conceituação e aplicação desse fenômeno que é a língua, objetivamos verificar o mito linguístico “O certo é falar assim porque se escreve assim” que é apresentado pelo professor Marcos Bagno em seu livro *Preconceito Linguístico* (2015), no primeiro capítulo da obra intitulado de *A mitologia do preconceito linguístico* em que evidencia oito mitos propagados rotineiramente entre falantes e escreventes, sendo estas afirmações fantasiosas referente a língua portuguesa falada no Brasil. O mito que iremos observar em nosso trabalho trata-se do sexto mito elencado por Bagno como uma crença difundida em nossa sociedade de que devemos falar da forma que escrevemos, o autor constata “essa supervalorização da língua escrita combinada com o desprezo da língua falada é um preconceito que data de antes de Cristo!” (Bagno, 2015, p. 79).

Para alcançar esse objetivo de maneira satisfatória, o presente artigo toma enquanto metodologia o paradigma interpretativista com caráter qualitativo, pois esse tipo de pesquisa permite um aprofundamento em direção ao tema examinado sem que essa análise seja limitada, conforme aponta Mascarenhas (2014, p. 46) “por isso, ela é muito comum em estudos sobre o comportamento de um indivíduo ou de um grupo social”. Ademais, adotamos um procedimento descritivo, visto que investigaremos os aspectos do mito aqui estudado. Concernente a esse método, Gil (2002, p. 42) certifica que “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Dessarte, com enfoque no mito já mencionado, analisamos as consequências de princípios linguísticos propagados por intermédio do ensino-aprendizagem da língua portuguesa — seja na escola, em meios comunicacionais e nas relações sociais (Alkmim, 2004) — que, em muitos momentos, opera na qualidade de um mecanismo que fomenta este preconceito linguístico e o torna, para além de uma certificação dada por cientistas sociais, uma adversidade social que marginaliza as classes com menor poder aquisitivo (Bagno, 2015), e, conseqüentemente, com um acesso restrito ao padrão culto e padronizado presente na gramática normativa, conforme acentua Alkmim (2004, p. 42) “a não aceitação da diferença é responsável por numerosos e nefastos preconceitos sociais e, neste aspecto, o preconceito linguístico tem um efeito particularmente negativo”.



1. Contextualizando o preconceito linguístico

Marcos Bagno publicou no ano de 2015 o livro intitulado de *Preconceito Linguístico* com a premissa da discussão e reflexão sobre a mitologia do preconceito linguístico e em como combatê-lo. Bagno (2015) traz ainda no prefácio do seu livro a concepção de que o preconceito linguístico está historicamente ligado a confusão causada pela crença de gramática normativa e língua como sinônimos, atrelado a inerência política da língua, uma vez que segundo o próprio Bagno (2015, p.09) “tratar da língua é tratar de um tema político, já que também é tratar de seres humanos”.

Considerando ainda a faceta histórica de desvalorização da língua falada pelas grandes massas, por consequência de uma elitização da língua, Bagno (2015) observa a contrariedade da ocorrência desse preconceito: Enquanto os demais tipos de preconceito carregam na bagagem uma tendência do esclarecimento de que o preconceito não possui uma fundamentação racional ou até mesmo lógica, sendo formado por ignorância, intolerância e por vezes manipulação ideológica, o preconceito linguístico traça um caminho de incentivos e alimentação dos veículos de comunicação que defendem, assim como uma grande parcela da população, que há uma forma “certa” e uma forma “errada” de falar a língua.

Ora, é imprescindível considerar o falante da língua como dominador do sistema linguístico, porém dissociando a língua — matéria viva e em constante mutável — da gramática normativa — instrumento engessado que regulamenta a língua, mas não é seu sinônimo e igual. Não é necessário dominar a gramática de uma determinada língua para ser falante da mesma, porém a gramática traz um papel de poder para aquele que a domina socialmente. Bagno (2015) propõe com seu livro a investigação de oito mitos, observando suas verdades e suas inverdades, mas primordialmente o autor propõe o combate a propagação de uma ideia errônea da nossa língua, ideia essa que segundo o próprio autor é fruto da imagem que o próprio brasileiro faz de si mesmo — reproduzindo a popularmente conhecida síndrome do vira-lata — reproduzindo um comportamento tendencioso que apoia status e poder no domínio de um falante da norma em detrimento da língua.

O livro apresenta quatro momentos, no primeiro temos uma perspectiva investigativa de oito mitos linguísticos, sendo eles: *Mito 1*) “A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente” — em que é difundida a ideia de uma língua única que rejeita o fato da diversidade linguística dos nossos habitantes, *Mito 2*) “Brasileiro não sabe português” / “Só em Portugal se fala bem português” — uma concepção popular entre os brasileiros que revela um sentimento de inferioridade diante de uma nação que colonizou as nossas terras e subjugou os nossos antecessores, *Mito 3*) “Português é muito difícil” — neste revela-se a problemática vivenciada pelos estudantes de língua portuguesa no Brasil que sempre foram bombardeados por regras obsoletas herdadas da literatura portuguesa, *Mito 4*) “As pessoas sem instrução falam tudo errado” — um ponto de vista que elege como inverídica a comunicação de indivíduos não escolarizados e parcialmente alfabetizados, *Mito 5*) “O lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão” — uma representação perpetuada pelo simples fato do uso do pronome *tu* finalizando as conjugações verbais em *s* na fala dos maranhenses que é uma prática natural do país europeu de Portugal, *Mito 6*) “O certo é falar assim porque se escreve assim” — uma assimilação equivocada que põe a fala e a escrita em uma mesma balança e busca obrigar que o interlocutor aplique regras gramaticais e ortográficas a sua experiência enunciativa, *Mito 7*) “É preciso saber gramática para falar e escrever bem” — uma narrativa utópica de que somente dominando a língua culta é que podemos ter a nossa comunicação asseguradamente compreensível aos demais e o *Mito 8*) “O domínio da norma culta é um



instrumento de ascensão” — uma convicção que propagandeia o crescimento social advindo da obtenção total da norma padrão.

O segundo momento do livro, após a apresentação dos mitos, resume-se a uma observação historiográfica observando o ciclo vicioso e causador do preconceito linguístico. Por conseguinte, o terceiro momento propõe como reconhecer e desconstruir esse preconceito linguístico de forma sistemática. Por fim, o quarto e último momento contempla a dificuldade de aceitação dos gramáticos linguistas e a dificuldade de aceitação de uma visão da gramática como produto que regula e sistematiza a língua e não representa a língua em sua totalidade.

É importante destacar que este trabalho se limita a uma apreciação e reflexão do mito de número seis “*O certo é falar assim porque se escreve assim*”, porém é importante reconhecer os outros sete mitos, uma vez que os mitos trabalhados por Bagno (2015) se entrelaçam e se relacionam de diferentes formas.

2. A mitologia do preconceito linguístico

Como vimos, a obra *Preconceito Linguístico* (2015), de autoria do professor Marcos Bagno, é uma análise valiosa no que se refere aos estudos sociolinguísticos e tornou-se base fundamental para pesquisas e debates acerca do preconceito linguístico arraigado em distintas estruturas sociais. Organizado em seis capítulos, o livro é leitura essencial para discentes e docentes do curso de Letras em Língua Portuguesa e da disciplina de Português na educação básica. Por isso, neste trabalho, a nossa atenção voltou-se detalhadamente ao primeiro capítulo que tem por título *A mitologia do preconceito linguístico* e enumera oito mitos, os quais reforçam estereótipos e discriminação da variação linguística ocorrente em nosso país, um lugar geograficamente extenso, culturalmente diverso e linguisticamente variável como destaca Galindo (2022, p. 21) ao afirmar que “[...] o português falado no Brasil é um mosaico reconstruído a partir dos cacos daquele marco de pedra; e que, para começo de conversa, tratava-se de uma língua humana como todas as outras e, por isso mesmo, era mais uma colcha de retalhos do que um monumento”.

Por mitologia temos enquanto definição as atribuições realizadas por Brandão (1986, p. 38) que valida ser “[...] algo de estável e mutável simultaneamente, sujeito, portanto, a transformações. Do ponto de vista etimológico, mitologia é o estudo dos mitos, concebidos como história verdadeira” e por preconceito linguístico, além dos estudos de Bagno (2015), professores e pesquisadores da língua discorrem colocações relevantes, Alckmin (2004) ressalta que “A homogeneidade linguística é um mito, que pode ter consequências graves na vida social. Pensar que a diferença linguística é um mal a ser erradicado justifica a prática da exclusão e do bloqueio ao acesso a bens sociais.” (p. 42) e Patriota (2006) aborda a seguinte reflexão:

A principal herança advinda desse percurso histórico é, justamente, a da propagação de mitos que levam falantes das mais variadas faixas-etárias, níveis sociais, escolaridades as mais distintas a professarem não “saber português”, não “gostar de português”, achar “português difícil”, considerar que “brasileiro não sabe português”, enfim desenvolver uma imagem tão negativa da própria língua, que os impedem de perceber que se trata da língua que falam no seu dia-a-dia, em todos os momentos e para todas as circunstâncias. (Patriota, 2006, p. 42)

Portanto, Bagno (2015) consegue chamar a nossa atenção para a falta de iniciativas governamentais públicas e privadas que visem combater o preconceito linguístico em uma linha

de ensino tradicional que elege o “certo”, condena o “errado” e sentencia o falante a uma variação só, aquela denominada de padrão pelas “[...] gramáticas normativas e parte dos livros didáticos disponíveis no mercado.” (Bagno, 2015, p. 22). Segundo o autor, isso não deveria acontecer já que vivemos em um período histórico onde buscamos encerrar com todos os tipos de preconceitos, Bagno (2015, p. 22) ressalta que:

Não existe, porém, absolutamente nada que se pareça com uma *política linguística* oficial, planejada, explícita, teoricamente bem fundamentada, que se ocupe, por exemplo, dos *direitos linguísticos* dos falantes de línguas minoritárias (mais de duzentas no Brasil inteiro!) [...] (Bagno, 2015, p. 22).

Mas, essa aversão às variações linguísticas acontece porque estas são tratadas como atitudes inaceitáveis e inexistentes, ações não projetadas em discursos acadêmicos, políticos e midiáticos, por isso tornam o preconceito linguístico “invisível”, quando não falamos que existe e opera nos meios sociais.

Isto posto, os mitos colocados por Bagno (2015) e verificados em seus estudos linguísticos, já detalhados no tópico anterior, são oito mitos que revelam a invalidação habitual dada as variedades linguísticas e a expansão de míticas que denotam a intenção clássica e classicista de divinizar a fala de poucos e demonizar o dialeto de muitos, em consequência da ausência de uma consciência linguística por parte da sociedade na qual nos relacionamos discursivamente um com o outro em nosso dia a dia e da presença de um desconhecimento sociolinguístico fomentado por comportamentos puristas daqueles que garantem defender a língua (Patriota, 2006). Assim, esses mitos promovem o preconceito linguístico e ocasionam a injustiça social preponderante em nosso país, ambos geradores de uma divisão desigual das oportunidades profissionais e dos bens materiais para os cidadãos brasileiros (Bagno, 2015).

3. O sexto mito linguístico: o certo é falar assim porque se escreve assim

Como destacado anteriormente, o sexto mito linguístico trabalhado no livro “Preconceito Linguístico” é o nosso objeto de estudo e nele Bagno (2015) atesta a crença de que devemos falar como escrevemos, prevendo uma proposta de supremacia da escrita em detrimento da fala, uma vez que estamos considerando não qualquer escrita, mas sim a escrita adequada à norma padrão e culta, sedimentada nas regras da gramática normativa. Bagno (2015) atesta ainda a necessidade — e preconceito — de exigir a pronúncia fonética como está escrito, desconsiderando não só a fala em sua construção sintática, mas também a construção fonética e fonológica resultando em um incentivo desmedido da reprodução de uma fala artificial, fruto de uma correção repetitiva que desconsidera a fala como fruto de uma comunidade linguística e de uma situação comunicativa. Considerando os eixos fala e escrita, Marcuschi (2010, p.28) escreve que “a perspectiva da dicotomia estrita tem o inconveniente de considerar a fala como o lugar do erro e do caos gramatical, tomando a escrita como o lugar da norma e do bom uso da língua. Seguramente, trata-se de uma visão a ser rejeitada”.

Figura 01 - A Traição das Imagens, 1928-9, óleo sobre tela, 60 cm x 81 cm, René Magritte, LACMA – Los Angeles County Museum of Art, Los Angeles.



Fonte: Bagno (2015)

Bagno traz no capítulo o quadro *A traição das imagens*, quadro do artista René Magritte com uma pintura de um cachimbo e a frase em francês “*ceci n'est pas une pipe*”, que em uma tradução para o português significa “isto não é um cachimbo”. Magritte apresenta a representação pictórica de um cachimbo e não de fato um cachimbo. Assim como a língua falada e a língua escrita. Bagno (2015, p. 49) diz que “o mesmo acontece com a escrita alfabética, em sua regulamentação ortográfica oficial. Ela não é a fala: é uma tentativa de representação gráfica, pictórica e convencional da língua falada”.

Bagno (2015) defende que apesar de a norma ser precisa para regulamentar a língua e padronizar a escrita, o aluno precisa ter o domínio dessa língua escrita para ocupar espaços, porém ele precisa da consciência da sua liberdade de expressar sua variedade linguística na sua fala, uma vez que não deve haver uma dicotomia ou, até mesmo, uma ideia de que uma é superior ou inferior a outra. O que acontece, infelizmente, é o domínio da norma culta padrão por uma parcela muito inexpressiva da população, parcela essa que domina os espaços de poder do sistema sociopolítico, pois como o próprio Bagno afirma, a língua é política.

Essa constatação apresenta a língua que conhecemos como uma ferramenta de expressão e comunicação, viva, mutável e múltipla agora com uma nova função: a língua como instrumento de poder e a variação linguística como um reflexo desse poder e de autoridade. A língua falada pelas grandes massas passa a ser e continua sendo desconsiderada, ao reconhecer seres letrados de forma padronizada que ocupam espaços de poder e dominam a língua e a grande massa. Além disso, ao pensar na língua(gem) é necessário pensar também no espaço no qual essa língua circula e esses mitos são difundidos.

É preciso, portanto, que a escola e todas as demais instituições voltadas para a educação e a cultura abandonem esse mito de “unidade” do português no Brasil e passem a reconhecer a verdadeira diversidade linguística de nosso país para melhor planejarem suas políticas de ação junto à população amplamente marginalizada dos falantes das variedades não-padrão (Bagno 2006, p.18).

É preciso enxergar a língua como um instrumento que é difundido baseado em critérios sociopolíticos e que justifica a lei do mais forte, mesmo Marcuschi (2010) e Bagno (2015) enxergando a realidade de que não há uma supremacia da escrita em detrimento da fala, sendo ambas práticas interativas e complementares.

Pensando nisso e no ensino de língua Bagno (2015, p. 54) afirma que “esta relação complicada entre língua falada e língua escrita precisa ser profundamente reexaminada no ensino”. É necessário considerar a oralidade e a língua falada como o verdadeiro objeto de investigação e observar a ortografia como a tentativa de representação desse objeto. É



necessário que os alunos possam dominar ambas para apoderar da língua como um instrumento de poder e este dever cabe aos professores de apresentarem a língua e a escrita como dois eixos distintos e complexos que se cruzam mas não funcionam como sinônimos e que não há um superior ao outro, sendo necessário dominar ambos para poder dar lugar e voz a quem ocupa os lugares de grandes massas.

Considerações finais

O percurso metodológico e teórico que conduziu-nos ao fechamento deste trabalho, apresenta-nos uma conjuntura que subjuga os falantes de uma língua viva e real ao fardo de carregar uma crença limitante que posiciona a escrita em um ranking eminente ao da fala no mito “O certo é falar assim porque se escreve assim”, manifesto na mitologia do preconceito linguístico examinada em Bagno (2015). Um procedimento que denota a intenção de enaltecer o ato de escrever e acaba por excluir pessoas que sequer tiveram condições de adentrar os portões de uma escola e ocupar o assento de uma sala de aula para serem alfabetizadas. Por isso, enquanto partícipes do âmbito educacional, devemos refutar essa concepção e garantir que as variações linguísticas existentes nas regiões que cortam o território brasileiro, em classes sociais dessemelhantes, ambientes profissionais diferentes e níveis de escolaridade desiguais possam ser expressas com respeito a cada um de seus emissores.

Sabemos que tanto a fala quanto a escrita são importantes no contexto comunicacional de todas as sociedades, se uma documenta a historicidade de povos distintos, a outra inclui comunidades pelo poder da oralidade. Conforme indica Marcuschi (2010), quando diferencia esses acontecimentos linguísticos, mas os correlaciona na condição de práticas sociais necessárias, pois “ambas permitem a construção de textos coesos e coerentes, ambas permitem a elaboração de raciocínios abstratos e exposições formais e informais, variações estilísticas, sociais, dialetais e assim por diante” (Marcuschi, 2010, p. 17). Dessa forma, a escrita não é superior a fala nem a fala inferior a escrita, em razão de aquilo que uma não consegue representar a outra é capaz de desempenhar, por exemplo, há proposições melhores desenvolvidas ao escrevermos um artigo científico e há expressões melhor externadas em sentenças oralizadas, tal qual um pedido desesperado por ajuda, é o que nos mostra Bagno (2015) e Marcuschi (2010), bem como são ponderações que identificamos nas discussões levantadas e que construíram a presente pesquisa.

Ademais, é necessário perceber a subversão do ato da escrita como um validador social, uma vez que o conhecimento acadêmico não é único – apesar de ser o mais valorizado sociopoliticamente. Como atuantes em sala de aula é nosso dever desconstruir na cabeça do aluno que sua fala não será respeitada se não estiver alinhada com a norma e a gramática, uma vez que a língua alcança muito além da fronteira do sistema ortográfico. Gnerre (1985, p.8) estabelece o óbvio que é mascarado pelo mito: escrever nunca foi e nunca vai ser a mesma coisa que falar: é uma operação que influi necessariamente nas formas escolhidas e nos conteúdos referenciais.” Segundo Mendonça (2012):

Não devemos nos acomodar a esta situação que proporciona tantos mitos, desconhecimento sobre a língua e como consequência a exclusão social. Pois o papel do professor, da escola, da educação de uma forma geral é tornar as pessoas cada vez mais críticas e conscientes em relação a sua posição em uma sociedade e que não exclua as outras pessoas de contextos, situações, da sociedade como um todo devido a equivocadas concepções de superioridade e inferioridade.



Por fim, destacamos ainda que há a dificuldade imposta por esse mito: Falar como se escreve é muito difícil, portanto não são todos que conseguirão expressar-se como a norma padrão estabelece, colocando entre o falante e o poder – segundo Gnerre (1985) – um arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso a esse poder. É necessário insistir para que os falantes de variedades desprestigiadas pela norma possam usufruir de direitos e serviços que não possuem conhecimento e acesso pelo bloqueio da palavra escrita. Ora, a língua como um instrumento vivo e mutável deve servir ao seu falante como uma ferramenta de expressão, comunicação e empoderamento, apesar da propagação de desinformação como a desse mito. O dever do professor é ser o guia através do arame farpado e conectar o aluno – seu falante da língua em sua forma mais viva – ao poder de suas palavras.

Referências

- ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Orgs.). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- ALMEIDA CARDOSO, Elis de. Preconceito Linguístico—O Que É, Como Se Faz. **Língua e Literatura**, n. 25, p. 293-296, 1999.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**. 56 ed. revista e aplicada. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Orgs.). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- COELHO, Izete. **Sociolinguística**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010.
- DIAS, Íris Fernanda Mendes; MOTA, Maria Alice; DOS SANTOS, Welber Nobre. O combate ao preconceito linguístico: a trajetória de uma proposta. **Crátulo**, v. 15, n. 1, p. 134-148, 2022.
- GALINDO, Caetano W. **Latim em pó**: Um passeio pela formação do nosso português. 1 ed. Companhia das Letras: São Paulo, 2022.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- MASCARENHAS, Sidnei Augusto. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MENDONÇA, Jéssica Teixeira de. **O ensino de língua portuguesa e a sua relação com a inclusão/exclusão social**. 2012.



OLIVEIRA, Maria do Carmo Leite de; BESERRA, Theóphilo Michel Alvares Cabral. O preconceito linguístico no Brasil. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 10, n. 32, p. 179-188, 2016.

PATRIOTA, Luciene M. **Uso e Aceitação/Rejeição das Gírias por Professores do Ensino Médio**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Campina Grande, 2006. p. 37-55.

SANTOS LOVATO, Cristina dos; BORGES, Mariane Debus. É certo “falar errado”? **CienciAção** v. 7, ano 0, p. 27-29, 2020.